

Diretor do Sisejufe e da Fenajufe articula aprovação do PCS no Congresso

Na terça-feira, 22 de fevereiro, os coordenadores da Fenajufe Zé Oliveira e Valter Nogueira Alves (diretor do Sisejufe) se reuniram, na Câmara, em Brasília, com os deputados Eudes Xavier (PT-CE) e Francisco Praciano (PT-AM). A pauta da reunião foi a aprovação dos PL's 6613/09 e 6697/09, em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Os coordenadores explicaram que a Fenajufe solicitou uma reunião com a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior. Os coordenadores da Fenajufe ressaltaram que, no momento, a luta central da categoria é pela aprovação dos projetos de revisão salarial, mas se comprometeram a encaminhar ao deputado João Paulo o levantamento dos projetos.

Uma das atuações prioritárias definidas pela Fenajufe em reunião da Diretoria Executiva, no dia 15 de janeiro, é o trabalho de corpo a corpo com os deputados para sensibilizá-los em favor da aprovação dos PL's 6613/09 e 6697/09. Na manhã da quarta-feira, 23, outros coordenadores da Fenajufe deram continuidade a esse trabalho e se reuniram com o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), cotado para ser o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

João Paulo considerou justa a reivindicação dos servidores, mas considerou importante que a Federação relacione os projetos de interesse do Judiciário Federal e do MPU que estão em tramitação no Congresso Nacional para que os deputados possam basear sua atuação. Ele também se comprometeu a intermediar uma reunião da Fenajufe com a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior. Os coordenadores da Fenajufe ressaltaram que, no momento, a luta central da categoria é pela aprovação dos projetos de revisão salarial, mas se comprometeram a encaminhar ao deputado João Paulo o levantamento dos projetos.

Ainda sobre o PCS, o deputado questionou a média salarial dos servidores do Judiciário Federal e do MPU que é divulgada nos veículos da grande imprensa. "Nós explicamos para ele que essa média utilizada pela imprensa agrega valores como salário da magistratura, funções e cargos em comissão e outras vantagens pessoais, que atingem um grupo reduzido de servidores e que não são mais incorporados aos salários. Falamos que isso aumenta a média da folha de pessoal do Judiciário", detalhou a coordenadora da Fenajufe Jacqueline Albuquerque.

*Imprensa da Fenajufe



Foto: Ariel Costa/CUT Nacional

No dia 16 de fevereiro, cerca de 5 mil servidores, mobilizados pela CUT, tomaram a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, num ato unificado contra a promessa de corte de gastos no setor público e por uma campanha salarial unificada. O Sisejufe enviou dois diretores sindicais para a manifestação. No mesmo dia, a Câmara aprovou a proposta do governo federal que estabeleceu o valor do novo salário mínimo em R\$ 545. A Fenajufe também esteve presente na manifestação com vários de seus coordenadores

Leia mais nas págs. 4 e 5

Judiciário Federal retoma a mobilização no Rio

Entre os dias 23 e 25 de fevereiro, o Sisejufe comandou a retomada da mobilização dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro com assembleias por local de trabalho. A primeira delas aconteceu às 13h do dia 23, em frente à JF da avenida Rio Branco. Em seguida, às 14h do mesmo dia, foi a vez do ato em frente ao TRF, na rua do Acre. Foram dados informes sobre a situação do Plano de Cargos e Salários (PCS), a possibilidade de decreto de nova greve e os encaminhamentos sobre a falta de condição de trabalho devido a problemas no ar condicionado e nos elevadores nos prédios da JF Rio Branco e Venezuela e do TRT da Augusto Severo.

"Teremos que retomar nossa mobilização. Não adianta ficar parados se quisermos ter o PCS aprovado", destacou o diretor do sindicato e coordenador executivo da Fenajufe Valter Nogueira Alves, durante assembleia da JF Rio Branco. Ele ressaltou que este ano o movimento será unificado com as demais categorias do funciona-

lismo público federal. "Faremos uma campanha unificada em todo o país", disse.

Dando prosseguimento à rodada de assembleias, na quinta-feira, 24 de fevereiro, a primeira reunião foi com servidores da Justiça Federal na Avenida Venezuela. Os diretores do sindicato Roberto Ponciano, Ricardo de Azevedo Soares e Dulavim de Oliveira Lima Júnior ressaltaram a importância da participação de toda a categoria na retomada da mobilização. Ricardo e Dulavim incentivaram a participação dos servidores nos atos e atividades convocadas pelo Sisejufe. Já no sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), av. Presidente Wilson, a assembleia foi realizada às 15h de quinta-feira.

Encerrando a semana, a direção do Sisejufe realizou na sexta-feira, 25, ato na porta do prédio do TRT da rua do Lavradio. Além de tratar da retomada da mobilização pela aprovação do PL 6.613/2009, o sindicato denunciou as irregularidades trabalhistas promovidas pela diretora de Secretaria

Luiza Lanna Pires Costa, da Vara do Trabalho de Niterói. Ela convocou os servidores para trabalhar aos sábados a partir de 12 de fevereiro. Na manhã de sábado, 26, o sindicato promoveu um ato público de repúdio à convocação em frente do Foro Trabalhista de Niterói.

A rodada de assembleias foi motivada, além da retomada da mobilização pelo PCS, pela luta contra a falta de manutenção dos elevadores, do sistema de refrigeração de vários prédios da Justiça Federal e principalmente do TRT da rua Augusto Severo. O sindicato continua pressionando as administrações dos Foros para que os problemas sejam solucionados.

*Imprensa Sisejufe.

LEIA TAMBÉM

1ª VT de Niterói desrespeita direitos de servidores

Página 3

Nova turma de Espanhol

Este ano o Sisejufe irá lançar só uma turma nova durante o horário da manhã, sempre às terças e quintas, das 9h às 10h30, na sede da Rua Senador Dantas, 117, sala 1541. A mensalidade é de R\$ 50,

para servidores sindicalizados e R\$ 70 para os dependentes de servidores sindicalizados. As aulas começarão dia 22 de março, condicionadas à matrícula de, no mínimo, 15 alunos. formacao@sisejufe.org.br

NAS cria Grupo de Trabalho Organizacional e elege representante para Comissão de Segurança

Agentes Funções não são deliberativas, mas de sistematização de propostas específicas para o segmento

Foto: Tatiana Lima



Tatiana Lima*

Aconteceu em 16 de fevereiro, na sede do Sisejufe, a reunião do Núcleo de Agentes de Segurança do Sisejufe (NAS), com a participação de 32 servidores deste segmento. Na pauta, a discussão da criação de um Grupo de Trabalho Organizacional para junto com o representante do sindicato na Comissão de Segurança – criada pelo Tribunal Federal Regional (TRF) 2ª Região com base na Resolução 104 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – debater as condições de trabalho e os rumos da Segurança do Judiciário Federal.

Por unanimidade, a categoria elegeu o agente de segurança e dirigente sindical Valter Nogueira Alves como o representante do sindicato na Comissão, além de seis agentes para compor Grupo Organizacional de Trabalho. São eles: Gustavo José Duarte, Rogério Triani, Jeferson Moreira de Oliveira, Rodrigo Maltez Gonzalez Domingues, Carlos Henrique Ramos da Silva e Glauco Cesar.

A proposta do NAS é que o Grupo de Trabalho possa dialogar com os servidores e, através de seu representante, contribuir junto à Direção do Foro para a

Por unanimidade, a categoria elegeu o agente de segurança e dirigente sindical Valter Nogueira Alves (ao centro na foto) como o representante do sindicato na Comissão, além de seis agentes para compor Grupo Organizacional de Trabalho. São eles: Gustavo José Duarte, Rogério Triani, Jeferson Moreira de Oliveira, Rodrigo Maltez Gonzalez Domingues, Carlos Henrique Ramos da Silva e Glauco Cesar

normatização da segurança do Judiciário Federal, tendo as reais necessidades dos agentes atendidas. “Esse grupo não é deliberativo. Ele simplesmente vai sistematizar as propostas que vamos encaminhar para a direção na Comissão de Segurança”, explicou Valter Nogueira Alves. Foi estabelecido também que o grupo deve ter a participação de três agentes lotados no Tribunal Regional Federal (TRF) e outros três da Justiça Federal, além do representante do sindicato na Comissão de Segurança.

Para o diretor sindical e também agente de segurança, Renato Gonçalves da Silva: “A participação de um representante é fundamental para que se estructure uma segurança de acordo com as necessidades de operacionalidade dos servidores que trabalham diretamente na área. Existe uma trato político a ser debatido nesse conselho,

como a criação da Polícia Judicial Federal. É a partir desse debate que será solidificada a profissão e criada uma identidade para os profissionais da área”.

Para o agente de segurança Rogério Triani, no âmbito da Justiça não há um planejamento estratégico com normas e procedimentos adequados ao cotidiano do segmento. Daí a importância da Comissão de Segurança. “Essa comissão será formada por profissionais da área, alguns com 30 anos de experiência, como eu, e outros com menos tempo como o Rodrigo Gonzalez. Assim podemos mesclar diferentes visões no intuito de fomentar um planejamento estratégico, para que tenhamos um procedimento que oriente e crie uma cultura de segurança”, avalia Triani.

O agente de segurança Gustavo José Duarte foi eleito como suplente de Valter Nogueira Alves na Comissão de Segurança.

A proposta é que o suplente ajude na organização das propostas enviadas pelos servidores, além de substituir o representante em caso da impossibilidade do mesmo comparecer em algum compromisso da Comissão. No entanto, este ponto ainda precisa ser avaliado pelos demais membros da Comissão de Segurança. “Nós vamos fazer uma sugestão ao presidente da comissão, porque os outros partici-

pantes não têm suplente. Elege-mos a pessoa, mas teremos que verificar se a casa aceita a proposta”, explicou Valter.

Durante a reunião do NAS, os agentes ainda decidiram criar um fórum de discussão para que os agentes possam enviar suas sugestões ao Grupo de Trabalho Organizacional.

*Da Redação.

Núcleo Aposentados se reúne em clima de descontração

O Núcleo dos Aposentados e Pensionistas retomou as atividades no dia 22 de fevereiro. Mas em decorrência do imprevisto da interrupção do abastecimento de energia no quarteirão da avenida Presidente Vargas, o Sisejufe foi obrigado a paralisar o funcionamento das atividades.

Entretanto, o grupo de aposentados não perderam a viagem. Recepcionados na portaria pela coordenadora do Núcleo, Lucilene Lima e pela assessora de Núcleos Bianca Lessa, o grupo realizou o encontro em uma lanchonete próxi-

ma a sede do sindicato. Afinal, era a oportunidade dos servidores se reencontrarem após o recesso das atividades em dezembro do ano passado.

Em clima de descontração, a diretora sindical Lucilene Lima, prestou informes a respeito da retomada da mobilização do PCS pelo sindicato. Além disso, o grupo pode colocar a conversa em dia e matar as saudades. E a próxima reunião do Núcleo dos aposentados já tem data. O encontro será realizado no dia 29 de março, às 15h. Anote na agenda.

Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilo Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda. **ASSESSORIA DE NÚCLEOS:** Bianca Lessa.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima **ILUSTRAÇÃO:** Latuff **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro, Vera Miranda. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado.
8,6 mil exemplares.

1ª Vara do Trabalho de Niterói desrespeita direitos

Justiça do Trabalho Servidores estão sendo submetidos a trabalho ilegal e não remunerado aos sábados

Foto: Henri Figueiredo

O Sisejufe recebeu uma série de denúncias anônimas afirmando que os trabalhadores da 1ª Vara do Trabalho de Niterói estão tendo seus direitos trabalhistas desrespeitados. Foi denunciado ao sindicato que os servidores estariam sendo intimados a trabalhar aos sábados, para dar término a um suposto excedente de petições em atraso. Em visita à 1ª Vara do Trabalho de Niterói, na sexta-feira, 18 de fevereiro, o diretor-presidente do sindicato, Roberto Ponciano, e a assessora política, Vera Miranda, constataram que a denúncia de trabalho não remunerado aos sábados é procedente. Foi constatado também que os servidores da 1ª Vara do Trabalho haviam trabalhado no sábado anterior (12 de fevereiro).

Uma particularidade que deve ser evidenciada é a grande quantidade de servidores em estágio probatório trabalhando na 1ª Vara – o que, no entender do Sisejufe tem influência direta no fato deles “aceitarem” o trabalho irregular aos sábados. A diretora de Secretaria, Luiza Lanna Pires Costa, argumentou que não houve coação aos funcionários, e que não haveria retaliação sobre os que não participassem da jornada extra não remunerada, e que “todos sabiam dos seus direitos”. No entanto, o que encontramos na 1ª Vara foram servidores que, claramente com medo, não quiseram se manifestar na presença do sindicato. Sequer se dispuseram a pronunciar qualquer frase que viesse a ratificar o “acordo amigável de trabalho extra”, sem previsão de término, sem previsão de compensação com folgas ou remuneração. O visível constrangimento dos servidores, o silêncio a nossas perguntas dão conta que não havia nenhum acordo construído bilateralmente, ainda que tal acordo seja ilegal frente ao que regulamenta a 8.112/90 e as decisões do CSJT e do CNJ quanto ao trabalho aos sábados.

As denúncias vão além. O sindicato foi informado de que há um trabalhador contratado particularmente pelo magistrado e

que transita pelo cartório para tomar conta do serviço dos trabalhadores. O fato confirmado por servidores que não quiseram se identificar com medo de represálias. Isto significa um claro abuso ao funcionamento normal do serviço público e um ilícito administrativo – mas tal denúncia ainda carece de comprovação pelo Sisejufe. Os trabalhadores e trabalhadoras estão, de forma irregular e ilegal, sendo obrigados a trabalhar no sábado, para supostamente “colocar em dia o expediente do cartório”. Acontece que o trabalho não remunerado do servidor público é ilegal, já que proibido pela Lei 8.112. E toda hora extraordinária, feita no interesse da Administração, tem de ser determinada com anterioridade e ser anuída pelos servidores, exceto nos casos de relevado interesse público, quando, de qualquer maneira, a hora extraordinária tem de ser paga.

Alertados mais uma vez por telefonemas dos servidores, a equipe de Imprensa do Sisejufe acompanhou a assessora política Vera Miranda na manhã de sábado, 19 de fevereiro, onde flagraram o expediente irregular da 1ª Vara Trabalhista. Mais uma vez foi solicitado à diretora que cessasse o trabalho irregular mas foi colocado pela mesma que era “absolutamente voluntário, para fins de colocar o serviço em ordem, face à pendências” que seriam de uma gestão anterior a sua. Ao questionarmos a ilegalidade da situação a resposta que obtivemos é de que o TRT não daria permissão para algo que fosse irregular, embora no documento de liberação para abertura da 1ª Vara aos sábados, também constasse que a realização de trabalho aos sábados contraria a resolução do CSJT e do CNJ.

Juiz recebe Sisejufe mas se cala

O sindicato pediu imediata audiência com o magistrado e comunicou à diretora de Secretaria que o trabalho aos sábados no cartório era irregular e ilegal. E que a simples autoriza-



Sábado, 18 de fevereiro: diretora da 1ª VT de Niterói (ao centro) não permitiu a entrada do Sisejufe no local de trabalho

ção para funcionar no sábado não eximia o magistrado e os administradores de possíveis ilícitos administrativos.

Na segunda-feira, 21 de fevereiro, o Sisejufe, por intermédio de seu diretor Nilton Pinheiro, entrou em contato com a secretária-geral da Presidência, Yeda Vergara, na tentativa de marcar uma audiência com a Presidente em exercício do TRT 1ª Região, para que providências fossem tomadas para cessar o trabalho irregular sob pena de entrarmos com a denúncia à Corregedoria Regional do TRT 1ª Região, ao CSJT e ao CNJ, fato que não logramos êxito. Yeda Vergara respondeu que o sindicato deveria encaminhar por escrito qualquer questionamento ou solicitação sobre a 1ª VT de Niterói, visto que o Tribunal também somente se pronunciará por escrito. Mais uma vez, observamos o equívoco institucional de não querer tratar um assunto grave e, para esgotarmos todas os nossos esforços pela solução dialogada, voltamos a Niterói para audiência com o Juiz Federal da 1ª VT, na tentativa de resolvermos o problema.

Em audiência com o juiz do Trabalho da 1ª Vara de Niterói, Francisco de Assis Macedo, na segunda-feira, 21 de fevereiro, voltamos a solicitar o encerramento das atividades irregulares. Mais uma vez obtivemos resposta apenas da diretora Luiza Lanna de que o procedimento era uma decisão interna, de comum acordo entre os funcionários e de que haveria trabalho no mínimo por

O Sisejufe não permitirá que se encontrem soluções que flexibilizem direitos caros ao trabalhador como o descanso aos sábados e à jornada diária normal. Esse é o tipo de comportamento que não pode se tornar regra, e os servidores não serão penalizados por problemas anteriores, principalmente os que estão em estágio probatório e em delicada posição de avaliação para alcançar a estabilidade, sendo portanto um elemento subjetivo a ser considerado

mais um sábado. Não obtivemos nenhum posicionamento do magistrado quando a cessar o uso do expediente ilegal. Além disso, ao perguntarmos se não haveria condições dos servidores resolverem essa demanda dentro do expediente normal, fomos informados pela própria diretora que vários deles já estão com ampliação da sua jornada diária pra dar conta das petições em atraso, mas “tudo em caráter colaborativo” por que essa seria uma situação específica da 1ª Vara do Trabalho. Ainda, de acordo com a diretora, os questionamentos do sindicato poderiam expor outros servidores que não cumpriram suas demandas de trabalho de forma eficiente.

O TRT erra ao permitir e manter uma clara irregularidade na relação do trabalho e nesse sentido, por isso o Sisejufe entrou

com denúncia no CNJ e na Corregedoria do CSJT contra a diretoria da 1ª Vara do Trabalho de Niterói por implementar o expediente ilegal tendo, para isso, solicitado oficialmente à Presidência do Tribunal a permissão para a abertura da 1ª Vara aos sábados, e à Vice-Presidente em exercício do TRT 1ª Região, desembargadora federal Gloria Regina Ferreira Mello, que ciente da irregularidade, autorizou o funcionamento e o expediente aos sábados.

O sindicato voltará à porta do TRT de Niterói nos próximos sábado, caso a diretora e o juiz insistam com a prática ilegal. Na ausência do diálogo e de uma solução imediata, o sindicato usará de todos meios para encerrar tal prática.

*Diretoria do Sisejufe.

5 mil protestam contra corte de investimentos prometido pelo governo

Movimento Sindical Em Brasília, CUT lança campanha salarial unificada dos servidores federais

Cerca de 5 mil servidores, mobilizados pela CUT em Brasília, foram defender a pauta dos servidores públicos, não contingenciamento do orçamento do serviço público e pagamento dos PL's e acordos. Os servidores também defenderam o valor de R\$ 580 para salário mínimo, no dia em que o tema foi votado na Câmara. O Sisejufe enviou dois diretores sindicais para a manifestação, Roberto Ponciano e João Cunha.

Os trabalhadores públicos federais tomaram a Esplanada dos Ministérios na manhã de 16 de fevereiro, representados por 20 entidades sindicais, na sua grande maioria da CUT, e protestaram contra o corte de gastos prometido pelo governo Dilma, além de defender um aumento maior para o salário mínimo. Essas eram bandeiras que se destacavam durante a mobilização, que marcou oficialmente o lançamento da campanha salarial nacional e unificada dos servidores.

O ato foi uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a ele aderiram outras centrais sindicais. A grande maioria das entidades presentes eram filiadas à CUT. O presidente da Central, Artur Henrique,

Roberto Ponciano:
“O ato é preparatório para a retomada da luta pelo PL 6613, em março, já que lutar contra o contingenciamento e contra o PL 549 prepara o terreno para aprovarmos nosso aumento”

ao falar no início da marcha – os manifestantes se concentraram diante da Catedral e de lá foram rumo ao Congresso Nacional – afirmou que o corte de investimentos reflete a agenda daqueles que foram derrotados nas últimas eleições e que, agora, querem promover um terceiro turno. Segundo Artur Henrique, a CUT vai às ruas para derrotar qualquer agenda de cunho neoliberal, já que não foi esta a plataforma dos trabalhadores construída na eleição de Dilma Rousseff. “A CUT vai sempre estar do



Foto: Fernanda Silva/Sindjus-DF

União: Jailton, diretor do Sindjus-DF, com Ponciano e João Cunha, do Sisejufe

lado dos trabalhadores, disse Henrique, durante a passeata.

“Não podemos aceitar que este governo retire recursos de políticas sociais nem da necessária reconstrução do Estado”, afirmou o presidente cutista. Ele lembrou que os acordos fechados entre o governo anterior e as entidades sindicais dos servidores precisam ser cumpridos pelo novo governo e cobrou que “as negociações em torno de acordos que ainda não foram fechados devam continuar”.

Artur Henrique também comentou as propostas de avaliação de desempenho no serviço público, que ciclicamente retornam à pauta. “Avaliação de desempenho, só se tiver como objetivos principais a melhoria e a ampliação do serviço público e

do atendimento à população, e não a demissão”, disse.

CUT continuará pressionando

Já a representante da CUT Nacional, Lúcia Reis, do Rio de Janeiro, disse que “para a Central é uma satisfação participar desse momento, que reúne servidores e trabalhadores de todo país, ainda mais quando sabemos das medidas anunciadas pelo governo de corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento e de mudanças na política econômica, que poderão chegar ao congelamento salarial”. Ela explicou que a CUT e demais centrais envolvidas na campanha salarial vão continuar pressionando o governo federal para que sejam retomadas as negociações com o fun-

cionalismo público, iniciadas no ano passado.

“Vamos apresentar uma pauta de reivindicações que nos unifica, em defesa da isonomia entre ativos e aposentados, contra o congelamento salarial, pelo direito à negociação coletiva no serviço público e contra qualquer projeto que retire os nossos direitos. Esse processo vai requerer de nós muita mobilização para pressionarmos o Congresso Nacional e o Executivo”, finalizou Lúcia Reis.

Para Roberto Ponciano, diretor-presidente do Sisejufe, o ato já foi vitorioso. “A política de aumento do salário mínimo votada, ainda que não no valor de R\$ 580 para este ano, é fruto de um acordo que o então Presidente Lula firmou com as centrais sindicais, cujo teor estabelece que o mínimo será reajustado com base no resultado do PIB de dois anos atrás mais o IPCA. O nosso PIB despencou em 2009 em função da crise iniciada nos Estados Unidos, o que não será o caso de 2012, já que o PIB de 2010 passou de 7,5% e o IPCA deve bater 5,3%, elevando com isso o mínimo de 2012 para ao menos R\$ 620”, disse Ponciano.



Foto: Ariel Costa/CUT Nacional

Artur Henrique: presidente da CUT Nacional discursa na tribuna da Câmara em defesa de um salário mínimo maior do que o proposto pelo governo



Aprovar esta política e torná-la lei é mais importante que o índice de 2011 em si, e isto foi uma grande vitória da CUT e da classe trabalhadora brasileira, já que ano que vem, por lei, o salário mínimo terá que ir para este patamar maior que R\$ 600. Ainda, para Roberto Pontiano, "o ato é preparatório para a retomada da luta pelo PL 6613 em março, já que lutar contra o contingenciamento e contra o PL 549 prepara o terreno para aprovarmos nosso aumento".

A Fenajufe esteve presente na manifestação, representada pelos coordenadores Antônio Melquíades [Melqui], Saulo Arcanelli, Hebe-Del Kader, Luis Cláudio, Iracema Pompermyer, Fátima Arantes, Ana Luiza Figueiredo, Gérner Matos, Joaquim Castrillon, Paulo Falcão e Alexandre Brandi. Dos sindicatos filiados, estavam delegações do Sisejufe-RJ, Sintrajufe-RS, Sintrajud-SP, Sindjuf-PA/AP, Sitraemg-MG, Sindjufe-MT, Sindiquinze-SP, Sinje-CE, Sindjufe-BA, Sinpojufes-ES, Sindjus-AL, Sintrajufe-MA, Sindjuf-PB, Sindissétima-CE, além do Sindjus-DF.

Na oportunidade, foi lançada a Campanha Salarial de 2011, que traz a seguinte pauta de reivindicações:

➤ Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.

- Regulamentação/institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito.
- Retirado dos PL's, MP's e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos [PLP 549/09, PL 248/98, PL 92/07, MP 520/10 e demais proposições].

Os trabalhadores públicos federais tomaram a Esplanada dos Ministérios na manhã de 16 de fevereiro, representados por 20 entidades sindicais, na sua grande maioria da CUT, e protestaram contra o corte de gastos prometido pelo governo Dilma, além de defender um aumento maior para o salário mínimo. Essas eram bandeiras que se destacavam durante a mobilização, que marcou oficialmente o lançamento da campanha salarial nacional e unificada dos servidores.



Foto: Ariel Costa/CUT Nacional

Ministro da Fazenda: Mantega (de gravata vermelha) defende a proposta do governo na sessão que aprovou o mínimo de R\$ 545, dia 16 de fevereiro

- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos.
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
- Definição de data-base em 1º de maio.
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.

Entidades tentam reunião com ministra do Planejamento

A primeira manifestação do ano foi encerrada com um ato em frente ao Bloco K do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Na oportunidade, os dirigentes sindicais tentaram se reunir com a ministra Miriam Belchior para entregar a pauta de reivindicações da campanha salarial. No

entanto, após vários contatos feitos com a assessoria do MPOG, os servidores foram informados que a ministra estava fora, em reunião no Palácio do Planalto. Foi cogitada a possibilidade de os representantes das entidades serem recebidos pela Secretária Executiva do Ministério, o que acabou não ocorrendo.

Os dirigentes sindicais continuarão a pressão junto ao Ministério do Planejamento, com o

objetivo de agendar uma reunião com a ministra Miriam Belchior para os próximos dias. Eles querem entregar diretamente a ela a pauta de reivindicações, cujos eixos centrais foram apresentados durante a manifestação de 16 de fevereiro.

* Imprensa do Sisejufe, com informações de matérias originais de Isaías Dalle (Imprensa CUT Nacional) e Leonor Costa (Imprensa Fenajufe).

CUT Rio intensifica programa de formação política

Movimento Sindical Encontro Estadual aprovou agenda de atividades para 2011

Fotos: Nando Neves

Dirigentes de 13 sindicatos, duas federações e duas oposições cutistas se reuniram em Araruama, na Região dos Lagos, de 11 a 13 de fevereiro, para discutir as políticas e ações de formação sindical da CUT Rio para o próximo período. De sexta a domingo, os dirigentes ligados a área de formação discutiram



Ponciano: secretário de Formação

coletivamente, em grupos e plenárias, uma proposta de plano de trabalho produzida previamente pela Secretaria de Formação da CUT Rio.

De acordo com o secretário da pasta, Roberto Ponciano (diretor-presidente do Sisejufe) todas sugestões de modificações e acréscimos foram consideradas, o que possibilitou a aprovação consensual dos eixos temáticos, da agenda e das diretrizes que nortearão desde já o trabalho da Secretaria e do Coletivo de Formação. “Lembramos que o Encontro não é uma instância da CUT Rio, ou seja, não vota, não delibera. Tudo é aprovado após mediações e negociações entre todos os participantes. Portanto, o conteúdo do plano de trabalho aprovado, embora seja



Consenso: agenda, diretrizes, metas e resoluções gerais foram construídas coletivamente por 13 sindicatos

fruto de um esforço coletivo, é indicativo”, explicou Ponciano.

Helder Molina, assessor de Formação da CUT-RJ e um dos organizadores do Encontro Estadual, adianta que as propostas aprovadas já começam a ser concretizadas em março. “Já imediatamente após o carnaval,

começaremos a desenvolver o programa previsto nesta agenda”, anunciou.

Leia na página do Sisejufe na internet a íntegra de três documentos aprovados consensualmente no Encontro Estadual de Formação da CUT Rio: o plano de trabalho, as diretrizes, metas

e tarefas; e as resoluções gerais. A cobertura fotográfica do encontro está na galeria de fotos do portal CUT Rio.

Fonte: Imprensa Sisejufe com informações da Imprensa da CUT Rio

CUT Rio lança Coletivo de Comunicação Sindical

Quatorze categorias estiveram representadas na reunião que lançou o Coletivo de Comunicação da CUT Rio, na quinta-feira, 17 de fevereiro. A comunicação dos sindicatos e a participação das imprensas sindicais cutistas na luta pela democratização das comunicações no país foram temas de debate. A próxima reunião será no dia 24 de março, às 18h, no auditório da CUT Rio.

Muitos dirigentes da executiva da CUT e uma dirigente da executiva nacional prestigiaram o evento: o presidente, Darby Igayara, a vice presidente, Neuza Luzia, o secretário de Administração e Finanças, José Antônio Lima, o secretário de Formação, Roberto Ponciano, o secretário de Meio Ambiente, Edison Munhoz, além de Vitor Carvalho, secretário de Comunicação e anfitrião do dia, e Rosane Silva, secretária nacional da Mulher Trabalhadora.

Darby e Vitor receberam e saudaram os dirigentes e jornalistas sindicais contando suas expectativas em relação à criação do novo coletivo da central. “Sou presidente da CUT Rio, mas o que gosto mesmo é de formação sindical e, principal-



Comunicação: presidente da CUT Rio, Darby Igayara, abre reunião que foi coordenada pelo jornalista Bepe Damasco

mente, comunicação. Foi pela Secretaria de Comunicação que eu entrei na CUT. Na época, não sabia nada e o que aprendi foi graças ao trabalho e à convivência com a nossa equipe de comunicação”, declarou Darby.

Vitor foi completou falando diretamente aos profissionais de imprensa. “Não sou da área de comunicação, sou da área operacional, de plataforma de petróleo. Vocês, que são jornalistas, estão de parabéns, pois produzir e disputar a informação são tarefas extremamente importantes”. O secretário de Comunicação da CUT-RJ concluiu afir-

mando que “o que foi definido em nosso planejamento estratégico foi cumprido e hoje temos um portal que está muito próximo dos melhores portais de informação sindical, além das outras ações de comunicação”.

Quando a reunião debateu o trabalho nas imprensas sindicais, uma das questões mais recorrentes nas diversas intervenções foi a necessidade de investimento em comunicação eletrônica, audiovisual, novas mídias e interação com as redes sociais. Também foi citada a importância dos sindicatos investirem na constan-

te qualificação de seus profissionais de comunicação. Acessibilidade para os portadores de necessidades especiais nos seus veículos de comunicação dos sindicatos foi outra carência apontada por alguns dos presentes, em especial pelo diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, que é cego e faz parte da diretoria de imprensa do sindicato.

Propostas consensuais

Todas as propostas apresentadas por dirigentes e profissionais das imprensas sindicais cutistas foram aceitas consensualmente.

O Coletivo de Comunicação da CUT Rio terá três objetivos principais: integrar as imprensas sindicais cutistas, potencializar o trabalho de comunicação dos sindicatos e fortalecer a luta pela democratização das comunicações em nosso estado.

Com relação a estrutura e organização, o coletivo não será uma instância da CUT-RJ, ou seja, não será deliberativo nem burocrático. No entanto, algumas propostas foram feitas para que ele seja minimamente organizado e orgânico. Um seminário sobre comunicação está previsto para junho (a data ainda será avaliada de acordo com o calendário dos sindicatos). Por fim, o coletivo estará sempre aberto a todos os dirigentes e profissionais de comunicação dos sindicatos, federações e oposições cutistas. No caso de oposições, apenas quando o sindicato não for filiado à CUT.

O Sisejufe esteve representado pelos diretores Roberto Ponciano e Ricardo de Azevedo Soares; pelo jornalista e responsável editorial pela Imprensa do sindicato, Henri Figueiredo; e pela repórter Tatiana Lima.

Fonte: Imprensa CUT Rio.

Sisejufe vence luta contra autoritarismo da Presidência

TRT Sindicato suspende na Justiça remoção arbitrária do representante sindical David Cordeiro

A diretoria do Sisejufe impôs grande derrota à onda autoritária adotada pela Presidência do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio. Por meio do Departamento Jurídico, o sindicato conseguiu cancelar a inexplicável remoção do diretor de base David Batista Cordeiro, funcionário do tribunal. No dia 7 de fevereiro, o juiz da 21ª Vara Federal de Brasília, Hamilton de Sá Dantas, suspendeu os efeitos da transferência e determinou o retorno do servidor para o Foro trabalhista da Rua do Lavradio, onde ele é lotado. Por sua atuação sindical no Conselho de Gestão instituído pelo TRT e por estar à frente da greve dos funcionários do tribunal no ano passado, David Cordeiro foi pressionado pela direção do TRT, que tentou frear seu trabalho sindical. O clímax do autoritarismo resultou na remoção dele para o município de Itaguaí, como forma de punição.

Em meados de 2010, a atual gestão do TRT expôs uma faceta até então adormecida. Ela rasgou o véu de “democracia” que tentava esconder as reais intenções. Não bastassem os ataques à organização sindical – quem não lembra a famigerada OS “dedo-duro” 01, que incentiva a de-

núncia de quem participasse da greve –, a ameaça de punição e o corte de ponto dos grevistas, a Presidência do tribunal iniciou um processo de perseguição ao representante sindical de base. Mesmo com todo esse procedimento, a Administração tentava passar uma desesperada imagem de diálogo cordial e de participação, quando na verdade, o que havia era uma falsa veia democrática.

“O que foi feito contra o representante sindical de base, David Batista Cordeiro nos faz lembrar os piores momentos do macarthismo, quando se simulavam motivos e razões para se punir de forma obscura, não dizendo que se está aplicando a punição. Entendamos os ‘motivos’ torpes do tribunal para a punição sobre a forma de remoção, que o TRT por sua vez diz que não é punição”, afirmou o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano.

Além de representante sindical de base, eleito democraticamente pela categoria, David Cordeiro também era suplente da Comissão de Gestão do TRT. Numa das reuniões do conselho, em que participou, questionou o método antidemocrático de realização de encontros sem a convocação do Sisejufe. Ele não

Em meados de 2010, a atual gestão do TRT expôs uma faceta até então adormecida. Ela rasgou o véu de “democracia” que tentava esconder as reais intenções. Não bastassem os ataques à organização sindical – quem não lembra a famigerada OS “dedo-duro” 01, que incentiva a denúncia de quem participasse da greve –, a ameaça de punição e o corte de ponto dos grevistas, a Presidência do tribunal iniciou um processo de perseguição ao representante sindical de base

aceitou o pedido da Presidência que o sindicato assinasse as atas das discussões em que não teve participação de representantes da entidade – por não terem sido convocados. Por isso, ele teve séria discordância com o presidente do TRT, desembargador federal Aloysio Santos. A partir daí, começou a ser malvisto pela Administração.

Situação agravada

A situação foi agravada pela participação ativa de David na greve do ano passado. Ele foi um dos principais articuladores do movimento no TRT da Rua do Lavradio. Por conta disso, recebeu todo tipo de pressão para que voltasse a trabalhar. O ativista sindical também escreveu um panfleto de próprio punho, criticando a atitude do TRT que, de um lado decretava a greve da Comlurb ilegal e mandava punir os grevistas, de outro chamava o coral da Comlurb para cantar em suas dependências para dar mostra de sua “democracia”.

O cúmulo da tensão ocorreu quando o sindicato fez um protesto durante evento em que o TRT tentava mostrar como era democrático, promovendo um ato sobre “Liberdade Sindical e Negociação Coletiva”, na Rua do Lavradio, com a participação de representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na ocasião, o Sisejufe fez manifestação na porta do prédio, distribuindo panfletos

para trabalhadores, advogados e cidadãos em geral. No momento em que o funcionário do sindicato Roberto Marins foi ao local entregar os panfletos, uma assessora da Presidência, que se identificou como Yeda, tentou reprimir a panfletagem dizendo que aqueles papéis não podiam ser distribuídos. Em tom de ameaça ela disse: “Eu sei que foi o David que escreveu este texto, mas ele vai ver, ele não sabe o que o está esperando”. Depois de negociar com a assessoria da Presidência a distribuição dos panfletos foi liberada. As palavras da assessora mostraram claramente a disposição do TRT de perseguir o ativista sindical, que sequer foi o autor do panfleto, redigido pela diretoria do Sisejufe.

Como não havia razão clara para puni-lo, a presidência do TRT contactou o juiz da vara do dirigente sindical e exigiu que pusesse David à disposição. A dispensa foi feita imediatamente. Em seguida, o RH removeu o servidor para Itaguaí – e isso na frente de um funcionário que pedia transferência para a mesma cidade há dois anos e nunca teve o pedido deferido sob a alegação de que não havia vagas.

Uma solicitação de reconsideração do sindicato foi feita ao TRT, lembrando que o servidor era representante sindical. Inicialmente o tribunal informou que desconhecia o fato. No entanto, nada ocorreu. Para surpresa e indignação

geral, a decisão do TRT foi mantida, com um agravante: a Vice-Presidência do TRT decidiu que, sem considerar os estatutos do sindicato, que representante sindical de base não é diretor sindical, alegando que “não houve punição” no caso, mas apenas “discricionariedade”.

CUT e Sisejufe fazem ato e entregam denúncia à OIT

Durante o seminário no TRT, as direções do Sisejufe e da CUT Rio denunciaram a prática antidemocrática do tribunal à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dirigentes sindicais estiveram presentes ao evento, no qual os debatedores da OIT defenderam explicitamente a liberdade, a autonomia sindical, a não repressão ao movimento grevista, a não punição aos grevistas, o respeito à entidade sindical dos trabalhadores, a negociação coletiva e o diálogo permanente com o sindicato, a compensação dos dias parados como forma de não punição ao exercício do direito de greve. Exatamente o oposto de tudo aquilo que fez o TRT.

Os dirigentes sindicais do Sisejufe e da CUT entregaram o texto e o documento a representantes da OIT e do Judiciário, oficializando à OIT a denúncia ao desrespeito aos preceitos básicos de liberdade e autonomia sindical.

O Sisejufe e a CUT denunciaram a prática antidemocrática do TRT à Organização Internacional do Trabalho. Membros da OIT defenderam a liberdade, a autonomia sindical, a não repressão ao movimento grevista, a não punição aos grevistas, o respeito à entidade sindical dos trabalhadores, a negociação coletiva e o diálogo permanente com o sindicato, a compensação dos dias parados como forma de não punição ao exercício do direito de greve. Exatamente o oposto de tudo aquilo que fez o TRT

*Da Redação.

História familiar. Foco no jornalismo

Prata da Casa Servidora do TRE lança livro sobre homem de confiança de Carlos Lamarca

Max Leone*

Os anos se passaram e a vontade de relatar a história de uma tia sempre a acompanhou. O receio de tocar no assunto, no entanto, fazia com que a técnica judiciária do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Célia Barros, de 58 anos, adiasse o projeto de escrever o livro sobre um momento delicado na vida de sua tia Maria, hoje com 78 anos. A irmã de sua mãe ficara presa 45 dias pela repressão militar, em 1970, por ser companheira do sapateiro José Lavechia, um dos homens de confiança do capitão Carlos Lamarca, comandante da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR, e um dos maiores inimigos da ditadura militar brasileira. O detalhe que mais aguçava a vontade de Célia em colocar no papel essa trajetória era o de que sua tia não fazia a mínima ideia das atividades revolucionárias e guerrilheiras do companheiro. Vencidas as barreiras, Célia lançou em dezembro de 2010, o livro "Lavechia, um sapateiro contra a ditadura".

"Ela (tia Maria) ficou 45 dias presa nos porões da Operação Bandeirantes (Oban) sem saber o motivo. O companheiro dela, um sapateiro muito simples, participava de atividades contra ditadura militar sem o seu conhecimento. Eles viveram juntos por dez anos. Foi uma opção dele em não contar nada, achando que ela estaria mais segura. O que acabou não acontecendo. Sempre me interessei por essa história, mas tinha receio de tocar no

Maria ficou presa 45 dias pela repressão militar, em 1970, por ser companheira do sapateiro José Lavechia, um dos homens da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR – que deu combate intenso ao regime militar

assunto pela insegurança por não dominar muito o assunto e por fazer minha tia ter que relembrar momentos difíceis do passado. O livro é uma grande reportagem. Me mantive neutra, respeitando os pontos de vista", conta a servidora, que também é jornalista e atualmente está lotada na Assessoria de Imprensa do TRE do Rio.

Novos projetos

Além do livro sobre sua tia e o sapateiro que viveram os anos de chumbo, cuja pesquisa começou em 2007, a servidora tem novos projetos. Ela está debruçada na preparação de uma coletânea de poemas, em prosa e verso, e de contos que relatam passagens de sua vida. A publicação sairá com o sugestivo nome "Folhas Soltas" e deverá ser lançada ainda este ano. "São



Foto: Max Leone



Célia Barros:
"Trabalhei 5 anos no IBGE e larguei para ser estagiária da Rádio Tupi para ganhar um décimo do que ganhava. Jornalismo é cachaça mesmo. Mas com a idade, você vai bebendo menos, aprendendo a beber."

pedaços de minha vida. Não será como um quebra-cabeças, que se encaixa. Mas vai mostrar um pouco do que escrevi, do que produzi", revela, lembrando que aos 13 anos escrevia novelas em cadernos escolares. "Minhas irmãs eram as primeiras a ler os manuscritos. E questionavam: como uma menina tão nova conseguia escrever histórias de amor sem ter tido experiências".

Célia também pensa em se dedicar a fazer a biografia de um tio que foi o primeiro embaixador negro do Brasil, seu grande incentivador no campo da literatura: Raimundo Souza Dantas, nomeado pelo presidente Jânio Quadros para representar o país em Gana, nos anos 60. "Ele foi um grande escritor e meu grande incentivador, uma fonte de inspiração. Ele me perguntou uma vez o que eu queria ser e disse que seria igual a ele, queria escrever também", rememora.

Pós-Graduada em Jornalismo Cultural, Célia Barros teve passagens por veículos da grande imprensa como a Rádio Tupi, como estagiária, O Fluminense, Jornal do Commercio, a antiga TV Rio (hoje Record) e o Última Hora. Fez concurso para o IBGE, passou mas acabou largando o instituto pela paixão pelo jornalismo. "Trabalhei 5 anos no IBGE e larguei para ser estagiária da Rádio Tupi para ganhar um décimo do que ganhava. Jornalismo é cachaça mesmo. Mas com a idade, você vai bebendo menos, aprendendo a beber", afirma, ressaltando que na época comprou uma máquina de escrever, uma máquina fotogr-

fica e um gravador com o acor-

do que fez ao sair do IBGE. Célia Barros é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuam talentos artísticos e literários fora da repartição do serviço público. Os interessados em ler o livro de Célia podem comprá-lo pela internet: www.editoramultifoco.com.br/.

*Da Redação.



Foto: arquivo pessoal

Lançamento do livro: cerimônia ocorreu em dezembro do ano passado

Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em conta-

to com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br